

**EXMO. (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA DE ÚNICO OFÍCIO DA
COMARCA DE MURICI/AL**

MARIA CÍCERA MOURA BARROS, brasileira, solteira, do lar, portadora do RG nº 3735846-4 SEDS/AL, inscrita no CPF sob o nº.: 120.686.144-48, residente e domiciliada no Conjunto Residencial Olavo Calheiros, n.º 32, Quadra C-1, CEP 57.820-000, Murici - AL, por seu advogado abaixo assinado, legalmente constituído nos termos da procuração em anexo, com escritório situado na Rua Padre Donald, s/nº., Sala 01, Cohab Velha, União dos Palmares, no Estado de Alagoas (ref.: No mesmo prédio da CDL - União dos Palmares - AL), contato: (82) 98856-9989 / 99118-8786 / 98128-2588 / 3223-4275 / 3281-5239, E-mail: carlos.plech@gmail.com, onde recebe intimações de direito, vem perante Vossa Excelência propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT

contra a **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.054.826/0001-92, com sede localizada na Av. Marquês de Olinda, 175, 4º andar - Recife Antigo, Recife - PE, CEP: 50030-000, tel.: (0xx81)3087-9200 - Fax: (0xx81)3087-9262, face os seguintes fatos e fundamentos:

1 - DOS FATOS:

No dia 07 de Fevereiro de 2015, a Sr^a. Maria Cícera Moura de Barros, ora Demandante, quando vinha na condição de

passageira em uma motocicleta pelas vias do Conjunto Olavo Calheiros, nesta cidade, envolveu-se em um acidente de trânsito, após o condutor do veículo perder o controle do mesmo, oportunidade em que a autora fora arremessada ao solo, sofrendo graves lesões, conforme boletim de ocorrência em anexo.

Em razão do ocorrido, o demandante sofreu fratura de fêmur direito, causando, em consequência, invalidez e DEBILIDADE PERMANENTE DE FUNÇÃO, conforme Relatórios/Atestados médicos em anexo.

Protocolizou pedido de pagamento do Seguro DPVAT, porém, só recebeu o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, contrariando o que vem determinado em Lei.

2 - DO DIREITO:

Deste modo, fica a Lei nº 11.482/07 que modificou a antiga Lei nº 6.194/74, como fulcro para tais alegações, visto que o acidente ocorreu após o início da vigência da nova Lei.

Assim sendo, acerca do valor a ser pago como indenização de seguro obrigatório, segue a modificação no artigo 3º, inciso I abaixo transcrita:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Grifos nossos)

Assim, pode-se verificar que a Demandante recebeu uma quantia menor do que está determinado em Lei.

Desta forma, para demonstrar que o valor indenizatório correto é o que fora supra citado, segue decisão da Primeira Turma Recursal Cível, onde ficou entendido que nos casos ocorridos após a nova lei entrar em vigência, permanecerá então a Lei nº 11.482/2007:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO AUTOMOTOR DE VIA TERRESTRE - DPVAT. **ACIDENTE OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 11.482/2007.** JUNTADA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVAM O FATO E OS DANOS. PAGAMENTO PARCIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS. Acidente ocorrido em 08/11/2007 deve ser analisado *sob a égide da lei 11.482/2007*, que dispõe sobre novos limites indenizatórios para sinistros posteriores a 29/12/2006. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº 71001892157, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 11/12/2008).

Além do mais, para verificarmos o direito da Demandante, citamos ainda, os seguintes julgados:

SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. DESNECESSÁRIA A PROVA PERICIAL DIANTE DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. Lide atinente à cobrança de complementação da indenização de seguro DPVAT por evento invalidez permanente que se solve à luz do enunciado nº 14 da Súmula das Turmas Recursais. Desnecessária prova pericial *se a seguradora efetuou o pagamento parcial da indenização a autora, momento em que reconheceu a invalidez permanente.* **Recurso desprovido. Unânime.** (Recurso Cível Nº 71001778364, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, **Relator: João Pedro Cavalli Junior, Julgado em 25/09/2008**).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. **PAGAMENTO PARCIAL, PORTANTO, RECONHECIDA A INVALIDEZ.** CERCEAMENTO DE DEFESA. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. VALIDADE DA QUITAÇÃO. SALÁRIO MÍNIMO - ART. 7º, INC. IV, DA CF. COMPETÊNCIA DO CNSP. VALOR DA INDENIZAÇÃO. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. **I. A**

expedição de ofício a Fenaseg é diligência que cabia à própria recorrente, não caracterizando cerceamento de defesa o indeferimento de tal pedido. **II.** Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. **III.** É legítima passiva a seguradora ré para saldar eventual diferença relativa a seguro DPVAT, mesmo que não tenha sido ela a realizar o pagamento inicialmente disponibilizado à parte, na via administrativa, pois integrante do grupo de seguradoras que respondem por tais indenizações. **IV.** Quitação dada pelo beneficiário, em valor inferior ao devido, não afasta o direito do interessado de obter a diferença de valor fundada em Lei. A renúncia a direitos deve sempre ser interpretada restritivamente. **V.** A aplicação do salário mínimo não ocorre como fator de reajuste, mas como mero referencial, não existindo ofensa ao disposto no art. 7º, inc. IV, da CF. **VI.** A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. **VII.** O valor de cobertura do seguro obrigatório ao evento invalidez por acidente de trânsito é de quarenta salários mínimos. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes. **VIII.** Consoante Súmula 14 das Turmas Recursais, revisada em 24/04/2008, o termo inicial para a incidência de juros é a partir da citação e a correção monetária é a data do adimplemento parcial. **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.** (Recurso Cível Nº 71001655497, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais) **Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 04/06/2008.**

Assim, cabe a **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, pagar a diferença do seguro DPVAT à demandante, uma vez que só recebeu o valor de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, tendo direito, portanto, ao recebimento da diferença de até **R\$ 8.775,00 (oito mil, setecentos e setenta e cinco reais)**, que deverá

ser acrescida de juros e correção monetária, a depender do grau da lesão constatada em perícia médica a ser realizada pelo órgão oficial, leia-se IML - Instituto Médico Legal, conforme disciplina o § 5º, DO ART. 5º, DA LEI N.º 6.194/74, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.945/2009, devendo ser expedido Ofício, diretamente por este r. juízo, ao Instituto Médico Legal - IML da capital alagoana, na pessoa de seu representante legal, para cumprimento do disposto no retro citado dispositivo legal, no prazo ali previsto (90 dias), sob pena de incorrer em Crime de Desobediência (art. 330 CPB), respondendo nos termos da lei, ou, como forma de garantir a celeridade processual, que seja NOMEADO PERITO DO JUÍZO, para a realização do Exame Pericial em comento, provas estas desde já requeridas.

3 - DO CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 319, VII, DO NOVO CPC (Lei n.º 13.105/2015):

Fazendo menção ao disposto no art. 319, VII, do novo Código de Processo Civil, vem a autora informar que se encontrará sempre voltado a pacificação da presente demanda de modo conciliatório, quando for a ocasião.

Contudo, apesar de considerar que a conciliação é o melhor caminho à resolução dos conflitos, bem como considerando que, nos casos onde tratam de ações de cobrança da diferença do Seguro DPVAT, AS SEGURADORAS PROMOVIDAS NÃO COSTUMAM OFERTAR PROPOSTAS DE ACORDO antes da realização de LAUDO PERICIAL NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML), conforme disciplina o § 5º, do art. 5º, da Lei n.º 6.194/74, com redação dada pela Lei 11.945/2009, como também em prestígio ao Princípio da Celeridade Processual, pugna, a princípio, pela não designação de SESSÃO DE CONCILIAÇÃO neste primeiro momento.

4 - DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) Os benefícios da justiça gratuita, por ser juridicamente pobre (art 4º, Lei 1.060/50), conforme declaração de pobreza em anexo;
- b) A citação da parte adversa, para que esta, querendo, apresente sua defesa sob pena de revelia e confissão, nos termos do art. 221 do CPC;
- c) Que seja julgado procedente o pedido, para condenar a empresa Demandada a pagar a diferença no valor de até **R\$ 8.775,00 (oito mil, setecentos e setenta e cinco reais)**, acrescido de juros e correção monetária, a depender do grau da lesão constatada em perícia médica a ser realizada pelo órgão oficial, leia-se IML - Instituto Médico Legal, conforme disciplina o **§ 5º, DO ART. 5º, DA LEI N.º 6.194/74, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.945/2009, devendo ser expedido Ofício, diretamente por este r. juízo, ao Instituto Médico Legal - IML da capital alagoana, na pessoa de seu representante legal**, para cumprimento do disposto no retro citado dispositivo legal, no prazo ali previsto (90 dias), **sob pena de incorrer em Crime de Desobediência (art. 330 CPB)**, respondendo nos termos da lei, ou, como forma de garantir a celeridade processual, que **seja NOMEADO PERITO DO JUÍZO**, para a realização do Exame Pericial em comento, **provas estas desde já requeridas;**
- d) Condenar a parte ré ao pagamento de todas as despesas processuais (custas, taxas e emolumentos), bem como no pagamento de honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento) do valor da condenação;

Em cumprimento ao disposto no art. 319, VII, do Novo CPC (Lei n.º 13.105/2015), por ora, vem a autora requer a não designação de audiência de conciliação neste primeiro momento, ou seja, antes da realização de Laudo Pericial, pelos motivos expostos no tópico "3" da presente petição.

Termos em que, protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em Direito, especialmente documentos, perícias e testemunhas, bem como depoimento pessoal do representante legal da empresa Demandada, sob pena de confissão.

Requer por fim que todas as doravante intimações e publicações na imprensa oficial sejam realizadas exclusivamente em nome de **CARLOS ROBERTO FERRAZ PLECH FILHO, OAB/AL 8628.**

Dá-se a causa o Valor de R\$ 8.775,00 (oito mil, setecentos e setenta e cinco reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Murici - AL, 21 de Julho de 2016.

CARLOS ROBERTO FERRAZ PLECH FILHO

OAB/AL 8628